A CIDADANIA NO MEIO AMBIENTE

Elias Manea¹, Marcio Cesar Bonache¹, Eder Canziani², Sergio Miranda Mendes²

Discentes¹ e Docentes² do curso de Direito da UNOESTE, Presidente Prudente – SP. E-mail: manea_ppt@hotmail.com

RESUMO

Qual a relação entre meio ambiente e sustentabilidade? Será possível conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais? Essas e outras questões são objeto de deliberação recorrente na mídia e em grandes eventos voltados para o tema, como na última conferência realizada no Brasil – a Rio + 20 –, observada a importância de atuar para frear a destruição do meio ambiente. No presente serão introduzidas as definições de meio ambiente, a evolução da normatividade jurídica ambiental em nosso país, bem como a formação histórica do meio ambiente como direito humano fundamental, seu dever de proteção, e abordagens relacionadas ao desenvolvimento econômico e sustentável, encerrando com uma análise dos fatos atuais e uma conclusão acerca do assunto. O objetivo principal é que os leitores se inteirem das problemáticas atuais e reflitam criticamente a relação existente entre crescimento econômico e degradação do meio ambiente.

Palavras-chave: meio ambiente, cidadania, legislação, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem ganhado grande ênfase nas últimas décadas, principalmente após a supressão da mentalidade de que os recursos naturais são inesgotáveis. Impõe-se a dúvida de como conciliar o crescimento econômico por que passam os países sem deteriorar o meio no qual vivemos. Os últimos grandes eventos voltados ao debate acerca dos impasses econômicos e ambientais têm sugerido como solução um possível desenvolvimento sustentável das nações. Mas como implantar uma economia que não agrida a natureza? É possível?

Para que possamos chegar a uma conclusão crítica e fundamentada, é preciso ter em vista o que se compreende por meio ambiente, sua importância no contexto atual, assim como a noção de conceitos muito difundidos atualmente, como, por exemplo, desenvolvimento sustentável, pegada ecológica, entre inúmeros outros. A par disso, o desenvolvimento desse documento não terá outro objetivo senão o de servir de embasamento teórico para que qualquer cidadão possa inteirar-se do tema e construir uma formação crítica, além de poder ser objeto útil para futuras pesquisas na área. A relação existente entre economia e meio ambiente, que procuramos exaltar, resta evidenciada pela preocupação em tentar conciliá-los, numa época onde a convivência de ambos precisa ser pacífica e complementar.

2 DEFINIÇÃO DE MEIO AMBIENTE

2.1-Definição Semântica: Segundo o Dicionário Aurélio, meio ambiente é “o conjunto de condições e influências naturais que cercam um ser vivo ou uma comunidade, e que agem sobre ele(s)”.¹

2.2-Definição Doutrinária: José Afonso da Silva, jurista mineiro, descreve o meio ambiente como “a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”². Nesta definição, além de incluir os fatores artificiais e culturais, destaca-se também o papel essencial do meio ambiente, que é o de equilibrar todas as formas de vida. É comum a doutrina brasileira dividi-lo em quatro grandes grupos: Meio Ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.

2.3-Definição Legal: É na Lei 6.938/81 que encontramos a definição positiva de meio ambiente. Diz o art. 3º, I, que se entende por “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

3 MEIO AMBIENTE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

3.1-Meio Ambiente Antes da Constituição Federal de 1988

Anterior a atual Constituição Federal não havia uma normatividade eficiente para preservar o meio ambiente como um todo. José Afonso da Silva afirma que por muito tempo perdurou sua desproteção total, visto que a “concepção privatista do direito de propriedade constituía forte barreira à atuação do Poder Público na proteção do meio ambiente, que necessariamente haveria e haverá de importar em limitar aquele direito e a iniciativa privada”³.

Neste sentido, expõe Norma Sueli Padilha:

“[...] As primeiras normas jurídicas brasileiras referidas apenas indiretamente a recursos naturais se destinavam, na verdade, a proteger direito privado na composição de conflitos de vizinhança (arts. 554 e 584 do CC-1916), mesmo porque nenhuma Constituição brasileira, anterior à de 1988, sequer se referiu ao termo ‘meio ambiente’”⁴.

3.1.1-Período colonial: dominou a omissão legislativa a respeito da proteção jurídica do meio ambiente, sendo feita referência à fauna e flora brasileiras na legislação portuguesa, sempre

¹ Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 8ª edição, pág. 497.

² SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 2.

³ Direito Ambiental Constitucional, cit., p. 35.

⁴ Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro, p. 102.

visando os interesses da Coroa. As Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, protegiam respectivamente as árvores frutíferas, a caça as lebres e perdizes e à água e aos peixes.

3.1.2- Período republicano: após a proclamação da república, existiam apenas leis esparsas, sendo aprovado o primeiro código florestal no governo Vargas, a partir da década de 1930. As grandes inovações foram à obrigatoriedade de preservar pelo menos 25% da vegetação original de cada propriedade rural e a previsão de algumas tipificações penais para crimes florestais. Após seguiram-se a aprovação de inúmeros decretos-lei complementares ao tópico. Contudo não havia uma preocupação holística de proteção ao meio ambiente até a Constituição Federal de 1988.

3.2-Meio Ambiente Depois da Constituição Federal de 1988

A Constituição de 1988, influenciada pela Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Humano – a ilustre Conferência de Estocolmo – ocorrida em 1972, acolheu o meio ambiente em capítulo próprio, com grande densidade de conteúdo, em um único artigo, o Art. 225 da Constituição Federal. Além do Brasil, vários países passaram a regular a matéria em seus ordenamentos jurídicos posteriormente àquele evento, conforme fica evidenciado por Norma Sueli Padilha, quando diz:

“A Conferência de Estocolmo de 1972 tornou-se um marco na proteção jurídica do meio ambiente, pois foi a partir dela que ocorreu o contínuo desenvolvimento do arcabouço legislativo ambiental, em nível mundial, que passou a influenciar o ordenamento interno de diversos países”.⁵

4 CIDADANIA NO MEIO AMBIENTE

4.1-Conferência de Estocolmo – O Primeiro Passo

A partir da década de 1950 o crescimento econômico foi alavancado em quase todo o mundo, sem levar em conta os prejuízos para o meio ambiente. Apenas em 1972 a ONU (Organização das Nações Unidas) organizou a Conferência de Estocolmo, primeiro evento mundial dedicado a debater as relações entre o homem e o meio ambiente, realizado na Suécia.

Esta conferência teve relevante papel na inversão desses valores, que culminaram numa carta com 26 princípios – a Declaração de Estocolmo. O evento contou com a participação de representantes de 113 nações, dentre as quais se destacaram pela prontidão os Estados Unidos da América, que desenvolveram um estudo sobre as condições da natureza “com o auxílio do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)”, intitulado “desenvolvimento zero”. Ele revelou a necessidade de frear o desenvolvimento mundial desencadeado pelo sistema capitalista.

---

⁵ Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro, p...

Todavia, muitas das economias subdesenvolvidas não aprovavam essa ideia, já que visavam expandir através da industrialização. Dessa forma, surgiu o chamado “desenvolvimento a qualquer custo”, muito difundido pelos países em desenvolvimento e que não levava em conta a necessidade de utilizar de forma consciente o Meio Ambiente.

4.2 Meio Ambiente como Direito Humano

Utilizando como referência a aludida Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, o mundo observou a importância de reconhecer não somente os direitos humanos de liberdade (primeira dimensão) e igualdade (segunda dimensão) até então conquistados gradualmente, mas também os de fraternidade (terceira dimensão). Entre eles estava o direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à adequada qualidade de vida. Na Declaração de Princípios daquele pioneiro evento foi afirmado:

“O homem tem direito fundamental à liberdade, igualdade e adequadas condições de vida, num meio ambiente cuja qualidade permita uma vida de dignidade e bem-estar, e tem a solene responsabilidade de proteger e melhorar o meio ambiente, para a presente e as futuras gerações”.

Seguindo essa mesma linha, afirma o *caput* do art. 225 da nossa Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nota-se que o artigo acima acolheu todos os elementos do princípio em análise, da relevância material à necessidade de preservação do meio ambiente pelas presentes e futuras gerações, e atribuiu ao Poder Público e à população o dever de defendê-lo.

4.3 Meio Ambiente Como Bem Difuso

Os bens difusos distinguem-se dos bens públicos. Tal diferenciação é de suma importância, pois, enquanto os bens públicos possuem titular definido, os bens difusos tem titular indeterminável, apesar de este estar incluído no rol dos bens públicos. Esse também não se confunde com bens coletivos que estão relacionados a um grupo ou classe determinada. O artigo 99 do código Civil diz que são bens públicos, na primeira parte do inciso I – “os de uso comum do povo” – trazendo a ideia de bem difuso. Os bens difusos não possuem titular definido; são

indivisíveis, universais, cuja defesa e conservação competem a toda coletividade, englobando de forma geral o poder público e a ordem privada.

4.4 Dever de Defesa e Preservação do Meio Ambiente

Além de garantir o direito ao meio ambiente, inúmeros princípios da Declaração de Estocolmo faz menção à necessidade de defendê-lo e preservá-lo. O art. 225 da Constituição Federal de 1988, em sua segunda parte, seguindo essa mesma linha, previu as mencionadas obrigações, elencando para esta tarefa o Poder Público e a coletividade, de forma que seja utilizado pelas presentes e resguardado para as futuras gerações.

No §1º foram enumerados os atos próprios do Poder Público para assegurar esse direito, com destaque para o inciso VI, que consolida a importância da conscientização ambiental em todos os níveis de ensino, tarefa relevante para a diminuição gradativa da deterioração dos meios que cercam os seres vivos, mencionada também no documento final da Conferência de 1972. Inúmeros outros dispositivos constitucionais e leis específicas passaram a dar a devida importância de sua preservação, orientando ou tipificando condutas sujeitas a sanções, sempre objetivando a conscientização sobre a limitação dos recursos.

4.5 Inter-relação entre Economia e Meio Ambiente

Não só o Brasil, mas também muitas outras nações têm utilizado ao máximo os meios possíveis para desenvolverem-se economicamente, o que inclui explorar o meio ambiente. No entanto, essa relação aparentemente antagônica entre natureza e economia, onde para ampliar um setor é necessário deteriorar outro, pode ser recíproca, sem desvantagem para qualquer um deles. É preciso incentivos estatais e políticas que favoreçam todos os setores da economia, bem como o auxílio às empresas para que produzam sem destruir o meio em que vivemos. Nesse contexto, torna-se necessário rever os recursos aplicados na produção, matérias-primas utilizadas, soluções que causem menos impactos etc. Enfim, o equilíbrio entre um desenvolvimento econômico e sustentável está no modo de planejar uma economia verde.

4.6 Desenvolvimento Sustentável e Pegada Ecológica

O conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado em 1987, durante uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o concebeu como “a competência da

humanidade em garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras”. Isto é, utilizar os recursos disponíveis hoje de forma consciente, sustentável e sem desperdício, a fim de que as gerações vindouras não sejam prejudicadas com a ausência de disponibilidade dos mesmos. Não é preciso abandonar ou reduzir drasticamente a utilização de todos os recursos naturais e tecnológicos conquistados para viver de modo sustentável, porém é essencial que esse uso seja racional e equitativo, pois assim estaremos agredindo minimamente o meio ambiente. Esse uso racional inclui principalmente a exigência de mudanças de hábitos de consumo – economizar água e energia, evitar o consumismo, selecionar o lixo, entre muitas outras ações – e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitam reduzir o consumo energético, como, por exemplo, aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos de classificação A. As matrizes energéticas também devem de ser substituídas por outras fontes menos poluentes e que sejam renováveis.

Outro problema referente ao tema é o do desenvolvimento econômico em países mais pobres. Nas economias emergentes o modelo de crescimento não deve ser igual ao das nações desenvolvidas, já que, conforme a WWF,

“caso as sociedades do Hemisfério Sul copiassem os padrões das sociedades do Norte, a quantidade de combustíveis fósseis consumida atualmente aumentaria 10 vezes e a de recursos minerais, 200 vezes”.

A pegada ecológica é um importante recurso usado para medir a sustentabilidade ambiental, e levando em conta os vários tipos de territórios produtivos (agrícola, pastagens, florestas e etc.), as diversas formas de consumo (alimentação, habitação, energia, bens e serviços, transportes etc.), tecnologias usadas, tamanho das populações, entre inúmeros outros dados estatísticos. O ecologista e professor canadense William Rees em 1992, diz que ela pode ser utilizada para gerenciar o uso de recursos através da economia. Quanto maior a utilização e degradação da natureza, maior a “pegada” deixada pelo homem na Terra. Considerando esse método, estudos realizados na década de 80 já demonstravam que a demanda mundial por recursos naturais era maior do que a capacidade que o planeta tem de renová-los. Dados recentes estimam que cerca de 25% a mais do que temos disponível em recursos naturais está sendo utilizado para manter o estilo de vida atual da população.

4.7 Rio + 20 e o Novo Código Florestal Brasileiro – Avanços e Retrocessos

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20 – ocorrida na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, teve como principal objetivo renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. O documento intitulado “The Future We Want” (O Futuro Que Queremos), produto do evento, apesar de seus 283 parágrafos, se resume a um conteúdo pouco expressivo, deixando as medidas tidas como essenciais para a deliberação futura, além de não ser vinculativo (obrigatório), o que acabou por gerar um sentimento de insegurança perante toda a sociedade.

A inovação aclamada em comparação às conferências anteriores foi a introdução da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio + 20 organizado pela sociedade civil e movimentos sociais de todo o mundo. Fundamental para a formação da cidadania, isto é, inserir a comunidade nas decisões políticas, a cúpula deu voz às comunidades mais afetadas pelos problemas socioambientais. Por outro lado, com a melhor recepção de países desenvolvidos como os EUA, que antes tinham uma posição rígida, de difícil maleabilidade, surge a esperança de que alcancemos “O futuro que queremos”, não ficando apenas descrito em um documento como um intento de difícil alcance. Torna-se necessário conciliar o desenvolvimento econômico e preservação, vez que, conforme explanado, ambos os setores são complementares, e não podem conviver isoladamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa simples harmonizar um desenvolvimento econômico satisfatório e a preservação do meio ambiente. Entretanto, não pode mais ser permitido que os recursos sejam usados indiscriminadamente, uma vez que o crescimento é possibilitado em grande parte devido a eles. Um exemplo disso é a extração de minérios e de combustíveis fósseis, fundamentais para o funcionamento da indústria, e sua diminuição pode ocasionar perda de produtividade e aumento de preços dos produtos.

Quando tratamos do setor ambiental, não estamos nos reportando somente a ele, mas também ao econômico, pois está interligado diretamente à economia de um país ou de todo o mundo, e ao social e será a sociedade que sentirá as mudanças produzidas pela interação das gerações anteriores. Notamos que a aceleração do crescimento populacional e a desigualdade de recursos naturais à disposição podem gerar ainda outros problemas, como as guerras regionais ou até mesmo de proporções maiores. Países há que já assistem à diminuição de suas reservas de

água e minérios e, com isso, precisam importar parte da matéria-prima que utiliza na produção e consumo, o que afeta toda a economia e encarece os bens e produtos.

Dessa análise chega-se à conclusão de que, a economia, por ser um dos principais fatores no desenvolvimento de um país, não pode ser relegada para o segundo plano em prol do desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem levar em conta o impacto ambiental que ele produz. É preciso equilibrar as duas vertentes de maneira a atender tanto um quanto o outro. Teremos assim um projeto ambiental de desenvolvimento economicamente sustentável, com o apoio e incentivo dos governos tanto no setor industrial quanto no agronegócio, a fim de que a sociedade como um todo possa desfrutar de um presente socioeconômico desenvolvido, e as gerações futuras de um meio ambiente saudável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. Vade Mecum. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

MINI Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010. 8ª ed., p. 497.

PADILHA, Norma S. Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Elsevier, 2010.

SUZIN, Giovana M. Dossiê Meio Ambiente: O clima esquentou. Guia do Estudante Atualidades, São Paulo, p. 78-97, 2º Semestre, 2012.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago.1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 10 set. 2012 13h35min

SILVA, T. C. O meio ambiente na constituição federal de 1988. Atualidades Jurídicas, Ed. 8, nov/dez., 2009. Disponível em: <http://www.oab.org.br/oabeditora/revista/revista_08/anexos/o_meio_ambiente_na_constituicao_federal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012 14h25min.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Paula Prux. Cidadania e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/CMA.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012 14h08min.

WWF. O que é desenvolvimento sustentável? Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 10 set. 2012 13h45min.